

Timor-Leste

«Esta gente jamais aceitará o que lhe querem impor...»

A luta de resistência do povo maubere contra a invasão indonésia face à última resolução aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas

Alberto Costa Alves (*)

NO findar do dia 22 de Novembro, temia-se em Lisboa pelos resultados da votação na Assembleia Geral da ONU de uma moção sobre Timor-Leste. O caso não era para menos, tendo em conta o que se passara uma semana antes na 4.^a Comissão (Descolonização), onde o apoio à causa do povo maubere atingiu a sua expressão mais reduzida (48 votos a favor, 44 contra e 53 abstenções) e através de uma moção, cujos termos, extremamente cautelosos, se limitavam a entregar o assunto ao Secretário Geral para consultas «com todos os lados directamente interessados».

Afinal, apesar da antiga tendência de as votações na Assembleia Geral (AG) atenuarem a expressão de votos condenatória da ocupação pela Indonésia daquela antiga colónia portuguesa, desta vez tal não aconteceu. Por 50 votos a favor, 46 contra e 50 abstenções, a AG ratificava o que tinha sido decidido na Comissão de Descolonização. Tanto os subscritores da moção como a Indonésia compreenderam que estava em jogo uma votação decisiva e um último fôlego nos contactos de bastidores ditou um acréscimo de votos para cada um dos blocos. No ano passado, a 36.^a AG atribuía 54 votos, 42 contra e 46 abstenções a uma moção que condenava claramente a Indonésia e em

que a Fretilin era considerada o Movimento de Libertação do Povo de Timor-Leste.

Contactado telefonicamente em cima da hora pela Rádio portuguesa, um membro da representação de Portugal em Nova Iorque limitava-se a comentar, muito laconicamente, que «o assunto está agora entregue ao Secretário Geral da ONU», afirmação confirmada, no dia seguinte, pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Futscher Pereira. Pelo lado indonésio, apesar de muito se ter investido num resultado que varresse o assunto da agenda da AG da ONU, as reacções eram bem diferentes. Citado pelo «Correio da Manhã», diário que se publica em Lisboa e afecto à coligação de direita que governa actualmente Portugal, «o delegado indonésio Abdulallah Kamil disse esperar que esta tenha sido a última vez que a ONU desafie a integração de Timor-Leste na Indonésia (...) A votação (dizia) confirmou uma tendência para o crescente reconhecimento da realidade».

O mapa das votações

Percorrendo muito rapidamente o mapa das votações pode concluir-se que predominam na Europa as abstenções e os não votantes (CEE, excepto Grécia e Irlanda; Pacto de Varsóvia, excepto URSS) com um razoável contingente de votos anti-indonésios e nenhum favorável.

Em África, é esmagador o peso do «sim» à moção, enquanto o «não» é muito fraco, mas começa a ser considerável o número dos abstencionistas e ausentes. Na Ásia, a situação é inversa e parece estabilizada. Na América, a exemplo da Europa, predomina o alinhamento pela abstenção, muito embora qualquer dos lados possua um razoável quinhão (do lado «não», saliente-se a aliança EUA com as ditaduras do Cone Sul e América Central). Finalmente, nas ilhas dos oceanos Pacífico e Índico, os votos repartem-se igualmente pelos 3 grupos de expressão.

Conclua-se, por fim, que um exame cuidadoso da evolução da votação não permite a extracção de ilações fáceis. Embora inscrevendo-se numa tendência de inversão, com a Indonésia a conseguir, de ano para ano, pequenas conquistas, os resultados de 1982 continuam a revelar uma certa instabilidade. De 1981 para cá, houve 28 mudanças, em vários sentidos, na forma de votar das delegações, e há ainda 50 abstenções e cerca de 10 não votantes.

Portugal: diligências atabalhoadas e tardias...

Mas, como se chegou a estes resultados? Creio que é unânime a opinião de que a posição de Portugal é decisiva, visto a ONU continuar a chamar a atenção para as responsabilidades contraídas pela «potência

(*) Membro da Comissão para os Direitos do Povo Maubere



administradora». Convinha, então, saber o que fez e não fez o Estado português, na qualidade que lhe é atribuída pela comunidade internacional. Assim, desde o corte de relações com a Indonésia logo após a invasão, os sucessivos governos silenciaram o problema e reduziram ao mínimo a sua participação nos debates na ONU, não tendo nunca subscrito qualquer proposta nem produzido esforços a diferentes níveis para um objectivo que, afinal, nunca provou possuir. Apenas com a subida ao poder da maioria AD, chefiada por Sá Carneiro, se desenhava uma certa agitação mas num contexto de diálogo (secreto) com a Indonésia. Os contactos mantiveram-se, morosamente, até Dezembro de 1981, altura em que o substituto de Sá Carneiro — Pinto Balsemão — deposita o «dossier» nas mãos do presidente Ramalho Eanes, «devido aos obstáculos intransponíveis colocados pela Indonésia».

Mas, como iremos ver, não se trata para o governo Balsemão de «*pôr a batata quente nas mãos de Eanes*», como alguns jornais noticiaram na altura. De facto, em Maio, o presidente da República português tem um plano mas não tem o acordo de Balsemão quando, apenas em 3 de Agosto, se reúnem para o analisar. A perspectiva do presidente é no sentido de Portugal «*assumir a liderança do processo nas Nações Unidas*», o que nunca aconteceu; tendo esse papel pertencido, devido ao abandono português, a um conjunto de países liderados pelas antigas co-

lónias portuguesas da África. Simultaneamente, Eanes propunha a formação de «*uma frente para a intervenção ofensiva especificamente multilateral*», cujos objectivos se chegaram a vislumbrar, pelo grupo de países indigitados (ou indigitáveis): Angola, Argélia, Brasil, França, Grécia, México e Moçambique. Por fim, Eanes acentua que «*Portugal, como membro de pleno direito da NATO, tem de levantar a questão da sua responsabilidade em relação a Timor*». A perspectiva de Balsemão limita-se a entregar a condução do assunto ao Secretário Geral e às acções humanitárias enquadradas pelas agências especializadas da ONU. Afinal, o que viria a constar na proposta de resolução aprovada em 22 de Novembro na AG da ONU, menos — ao que sabemos — a constituição de uma comissão de inquérito nomeada por Perez de Cuellar, que não terá vingado por enérgica oposição do general Eanes.

Mas, entre 3 de Agosto e meados de Setembro, a diplomacia portuguesa mantém-se paralisada. Resta-lhe a incomodidade de ir recebendo, de vários pontos do país e do estrangeiro, variadíssimos sinais de preocupação, uma prova, afinal, da grande vitalidade e premência da questão. E, perante a impassibilidade do governo português, chega-se a aventar a possibilidade de evitar a derrota eminente através da remissão, pura e simples, da seguinte proposta ao Tribunal Internacional de Haia: «*Houve, ou não,*

acto de autodeterminação em Timor-Leste?». Estavam as coisas neste pé quando, por razões que muito têm a ver com a conjuntura política interna, o governo se decidiu a promover, atabalhoadamente e tardiamente, algumas iniciativas diplomáticas inéditas mas com efeitos exíguos, com interferência, no entanto, em 4 ou 5 mudanças de voto que, no cômputo final, terão sido preciosas.

«*Enquanto Portugal só agora decidiu lançar um repto às Nações Unidas, a Indonésia vem promovendo diligências diplomáticas desde o dia da invasão*», são palavras do ministro Futscher Pereira a resumir tudo o que dissemos. E a mesma prova de aparente amadorismo, traduzindo uma efectiva opção política, encontra-se em declarações de Pinto Balsemão após a votação na 4.ª Comissão: «*Muitos países tomam posições que não se relacionam com a questão em si (mas) com interesses geoestratégicos mais vastos e com a sua integração em blocos, o que nos deve levar a pensar a nossa futura actuação nesta matéria*». Conclua-se este capítulo com mais um exemplo. Balsemão chegou a anunciar na TV que «*Portugal, a exemplo de anos anteriores, não será subscritor da proposta devido à nossa especial posição na questão*», mas sabe-se, hoje, que um ultimato apresentado por países comprovadamente irmãos de Timor-Leste terá obrigado a delegação portuguesa a emendar Balsemão, arrastando com a sua assinatura brasileira.

Últimos combates em Timor-Leste

Enquanto se desenvolvia esta importante batalha, vejamos o que se passava em Timor-Leste. Na segunda quinzena de Agosto, uma unidade da Fretilin ocupou, durante cerca de 3 horas, a aldeia de Laga, situada na costa norte, a uns 15 quilómetros de Baucau. A guarnição indonésia, constituída por 30 a 40 militares, teve muitas baixas e esteve detida até ao final de um comício no mercado da aldeia. O grupo guerrilheiro regressou depois à montanha levando preso o comandante inimigo. A fonte que nos noticiou a ocupação temporária de Laga, refere, também, confrontos na área de Bobonaro, recentemente declarada pela Fretilin como zona de combate devido à tentativa indonésia de introduzir ali colonos javaneses, ao abrigo do já conhecido plano de repovoamento e colonização.

Por outro lado, fontes identificadas perante o *Timor Information Service*, da Austrália, afirmam que 2 ou 3 pelotões indonésios sofreram, em Julho passado, pesadas baixas na zona de Loré e, em Junho, num combate travado na ribeira de Tafara, junto de Suai, apenas terá sobrevivido o comandante da força.

Embora seja difícil precisar o número de combatentes, as mesmas fontes presumem que mais de 200 guerrilheiros teriam estado envolvidos num ataque, em Março, a um importante contingente militar inimigo numa área a norte de Lacluta. Segundo o relato, as Falintil demonstravam «um forte espírito de resistência». Recorde-se que, durante a época seca de 81, a «operação Keamanan» (pacificação) «varreu Timor como um ciclone» e o massacre do monte de St.º António, próximo de Lacluta, pairou como autêntico símbolo dos continuados sofrimentos deste povo. Uma carta chegada até nós, datada de 28 de Outubro de 1981, dava-nos conta disso mesmo: «O monte de St.º António transformou-se numa forte vitória psicológica da Fretilin e um altíssimo monumento aos seus heróis que morrem pelo seu povo. O povo de todos os pontos desta terra

mártir (...) vem ruminando uma grave conclusão: os indonésios só pretendem massacrar o nosso povo, matar-nos a todos; nós vimos com os nossos próprios olhos o massacre do povo; tudo morto, mesmo as mulheres e as crianças por mais pequenas... nem as mulheres grávidas foram poupadas, eram abertas à faca; diante da mãe degolavam o nascituro, a seguir acabavam de despedaçar a mãe».

10 de Junho: combates simbolizam responsabilidade portuguesa

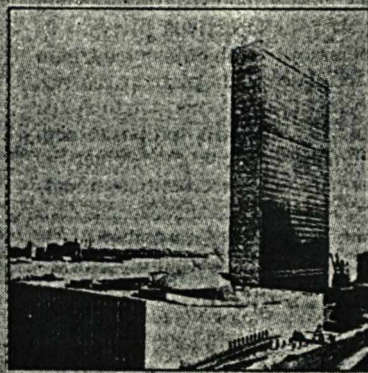
Outra notícia proveniente de Timor-Leste refere a ocorrência, em 10 de Junho, dia de Portugal, de um

forte ataque da Fretilin a um centro urbano: Same. Cinco mortos indonésios terá sido o saldo do combate. Há dois anos tinha sido a própria capital, Dili, a ser atingida por 3 golpes fulminantes. A repetição de ataques nesse dia é, previsivelmente, uma mensagem fácil de decodificar enviada pela Fretilin ao Estado português.

Por outro lado, assinalam-se combates durante o mês de Agosto nas áreas de Lospalos, Natulari, Viçique, Same e Bobonaro. Todas as informações mencionam frequentes movimentações militares indonésias na zona leste do país e, a exemplo da «Operação Keamanan», a participação forçada, embora atenuada, de elementos da população servindo de

A moção aprovada

A AG das Nações Unidas exprimiu a sua preocupação pela «situação de desumanidade que prevalece em Timor-Leste».



ASSEMBLEIA-GERAL:

Reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e à independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração do Tratado de Independência para os Países e Povos Coloniais, inserida na sua resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e outras relevantes resoluções das Nações Unidas.

Tendo examinado o capítulo do relatório do Comité Especial sobre a situação, com vista à implementação da Declaração da Garantia de Independência para os Países e Povos Coloniais respeitantes a Timor-Leste e outros documentos relevantes.

Tendo tomado apontamentos do relatório do secretário-geral para a questão de Timor-Leste.

Tendo tomado apontamentos da resolução 1982/20 adoptada pela Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias em 8 de Setembro de 1982.

Tendo ouvido a declaração do representante de Portugal, na qualidade de Poder administrativo.

Tendo ouvido o depoimento do representante da Indonésia.

Tendo ouvido o depoimento do representante da Frente Re-

escudo à progressão das tropas ocupantes.

A posição da Igreja de Dili

Desde a invasão até Outubro de 1978, a Fretilin manteve uma guerra clássica em que se confrontavam dois campos. A erosão progressiva provocada pela superior tecnologia militar indonésia, onde não faltou a guerra química e os helicópteros especiais «made in USA», originou o esgotamento dessa forma de conduzir a resistência, processando-se, durante 1979, uma fase penosa de passagem para a guerra de guerrilhas, combinada com a manutenção

de alguns santuários até hoje imunes ao cerco inimigo. Durante esta fase, atingiu-se o zénite da acção genocida do exército agressor, a fome extrema e a morte em combate de alguns importantes dirigentes.

Durante a fase de confrontação clássica, 6 padres mantiveram-se na área administrada pela Fretilin, enquanto os restantes continuaram nos centros ocupados, numa dolorosa impotência perante o que se passava. Mas, especialmente a partir de 1980, a Diocese de Dili, que nunca foi integrada na Conferência Episcopal Indonésia, sendo controlada directamente pelo Vaticano através de um administrador Apostólico colocado em Dili (Mons. Martinho Lopes, natural de Timor), passou a

erguer a voz e a tornar-se incómoda.

Apoiado pela esmagadora maioria do clero local, Mons. Martinho Lopes multiplica as denúncias das barbaridades cometidas pelos ocupantes e os elogios aos «rapazes» que continuam o combate. Bem colocada no terreno e intimamente ligada aos sofrimentos do povo, a resistência (passiva) da Igreja tem motivado pressões explícitas do governo de Suharto e indirectas da própria Igreja indonésia no sentido de demover o Vaticano da sua posição de não reconhecer a ocupação do país mantendo autónoma a Diocese de Dili. Em Novembro de 1981 e Maio de 1982, o ministro dos Estrangeiros indonésio, Mochtar, manteve infrutíferas conversações na secretaria de Estado do Vaticano visando esse objectivo. E, nos 6 meses que separaram as duas visitas, alimentaram uma campanha de descrédito do Administrador Apostólico e do clero, utilizando para isso os bons ofícios do ex-primeiro-ministro australiano Whitlam (apesar das posições contrárias do seu Partido Trabalhista, apontado como provável vencedor das eleições gerais da Primavera do próximo ano) e de alguns jornalistas estrangeiros a quem concederam visitas guiadas. No entanto, bastou o «desalinhamento» de Rod Nordland, um prestigiado jornalista do «Philadelphia Inquirer», para que a operação fosse por água abaixo e a verdade, que não obstante as limitações aquele repórter pôde testemunhar, corresse mundo, confirmando, assim, os alertas de Mons. Martinho Lopes.

Porém, à tentativa de descrédito algo mais grave pode sobrevir. A carta de 21 de Out. de 81 deixava-o já em suspenso: «Vendo-se denunciados perante a comunidade internacional, (os indonésios) pretendem eliminar dissimuladamente a vida do Bispo e de alguns padres e estão a desencadear uma campanha de difamação da Igreja e do clero (...). É muito importante que tudo isto conste antes deles matarem o Bispo: na verdade, diz-se aqui que o poderão eliminar simulando um desastre».

volucionária para a Independência de Timor-Leste e de diferentes petiçãoários de Timor-Leste, assim como o de representantes de organizações não governamentais.

Tendo ouvido que Portugal, declarou solenemente apoiar o direito do Povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

Tendo também ouvido as suas resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976, 32/34 de 28 de Novembro de 1977, 33/39 de 13 de Dezembro de 1978, 34/40 de 21 de Novembro de 1981.

Preocupada com a situação de desumanidade que prevalece no território e acreditando que todos os esforços devem ser feitos pela comunidade internacional para melhorar as condições de vida do povo de Timor-Leste e para garantir a este povo o gozo efectivo dos seus direitos humanos fundamentais.

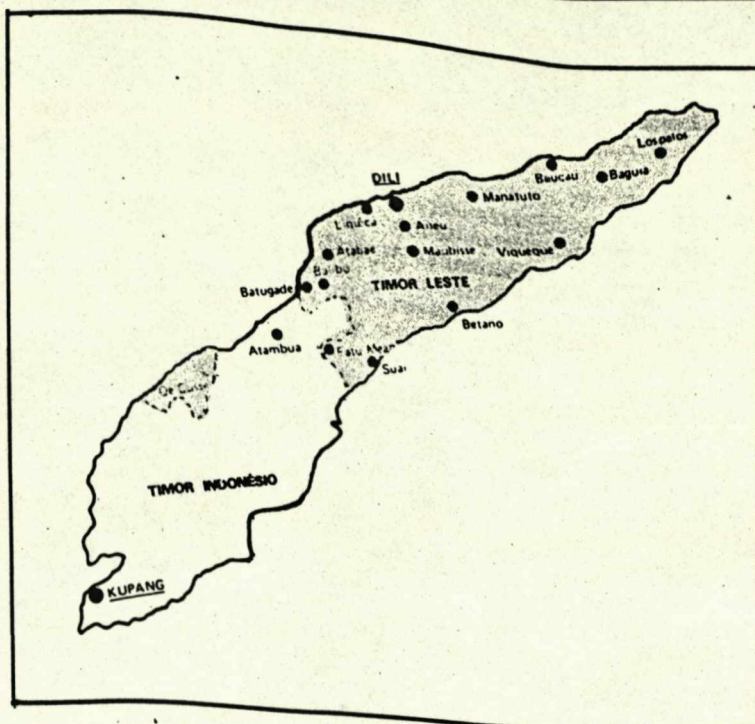
1. Requer o secretário-geral que se iniciem as consultas com todos os lados directamente interessados, com vista a serem relatados à Assembleia-Geral na sua 38.ª sessão.

2. Requer aos Comités Especiais sobre a situação com vista à implementação da Declaração da Garantia de Independência aos Países e Povos Coloniais para manter a situação no território sob consideração activa e para render toda a assistência ao secretário-geral com vista a facilitar a implementação das presentes resoluções.

3. Faz um apelo a todas as agências especializadas e a outras organizações do sistema das Nações Unidas, em particular o Programa Mundial de Alimentação, o Fundo para a Infância das Nações Unidas e o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, imediatamente a assistir, dentro dos seus respectivos campos de competência, ao povo de Timor-Leste, em estrita consulta com Portugal, na qualidade de Poder administrativo.

4. Decide incluir na agenda provisional da sua 38.ª sessão o item intitulado «Questão de Timor-Leste».

Assinam a moção: Portugal, R.P. de Angola, R.P. de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil, México, Malawi, Belize, Nicarágua, Zimbábue, Suazilândia, Benin e Granada.



Mari Alkatiri, responsável pelas Relações Exteriores da Fretilin. São os países africanos de língua portuguesa que prestam o apoio mais firme à causa maubere

«Esta gente jamais aceitará o que lhe querem impôr...»

Mais locais de detenção

A ilha de Ataúro continua a ser o principal centro de detenção política, apesar de os indonésios a referirem, na sua propaganda externa, como apenas ligada a «deslocamentos temporários de pessoas».

Os dados que nos chegam sustentam que em Abril, Junho e Julho partiram barcos de Laga para aquela ilha — nos anos 30, servira já de «campo da Morte» para deportados políticos portugueses. A informação mais recente, relativa a Agosto, estima em 6.800 o total de deportados actualmente concentrados na ilha, o que traduz um aumento de 2.800 pessoas ao total divulgado em Dezembro de 1981 pela Cruz Vermelha Internacional.

Entretanto, Aileu, Atabai e uma pousada de Baucau são referidos como novos centros de detenção. Tacitolu, belíssima região próxima de Dili, foi transformada em campo prisional, prova de que as condições de encarceramento rebentam pelas costuras, pois a antiga prisão da Comarca de Dili está, há muito, superlotada e não é crível que o número de prisioneiros possa aumentar em Ataúro — a população natural rondava os 5.000 —, e os 6.800 agora lá enxertados terão de lutar pela própria sobrevivência, numa terra muito quente e seca e com solos de fraca aptidão agrícola.

«Ainda que houvesse 155 votos nas Nações Unidas a favor da Indonésia, esta gente jamais aceitará o que lhe querem impôr», concluía a carta de 28 de Out. de 81, que vimos referenciando. Síntese de alguém muito bem colocado para o fazer, significa que aluta pela independência não terminará mesmo que o assunto venha a ser arreadado da AG da ONU. Uma repulsa espontânea pelo ocupante, amadurecida até à medula da identidade maubere, é o factor determinante de todos os desenvolvimentos futuros. Mas deixar essa resistência exclusivamente entregue a si própria é um crime que não pode ser cometido pela comunidade internacional e, em primeira instância, por Portugal. O Estado português tem 12 intensíssimos meses para alterar a tendência da inversão de posições na AG da ONU. E se, de facto, for possível estabelecer um sólido consenso em torno da luta pela consagração dos direitos mauberes violados, envolvendo Presidência, Parlamento, Governo, Partidos e diversas forças sociais, não temos dúvidas de que a diplomacia portuguesa terá vasto espaço de manobra para um claro retorno a uma vigorosa denúncia da ocupação indonésia, isolando o corrupto regime de Suharto e permitindo a saída do exército invasor. □